

Fusões aumentam concentração no setor



Além de historicamente prejudicial aos trabalhadores, sobretudo por provocar desemprego em massa, as fusões de bancos aprofundam a concentração no setor financeiro. De acordo com o Banco Central, metade do dinheiro depositado no país ficará nas mãos de apenas três empresas: Itaú-Unibanco, BB, Nossa e Bradesco.

Em apenas um ano, foram três

transações que merecem destaque: Santander-Real, Itaú-Unibanco e o BB, que comprou a Nossa Caixa, semana passada, dentro do planejamento de reconquistar o posto de maior banco do país. Com a "fórmula" das aquisições em alta, o Bradesco, outro gigante do sistema financeiro, tem perdido espaço e deve se movimentar para garantir uma fatia do mercado.

Do outro lado, o movimento sindical tem se mobilizado para evitar que as fusões resultem em desemprego, perda de direitos e fechamento de agências, seja na mesa de negociação com os banqueiros ou nas agências, em manifestações e protestos. E não é para menos. Nas últimas décadas, não foram poucas as operações que sangraram os trabalhadores, como ocorreu quando o Bradesco comprou o Baneb e o HSBC adquiriu o Bamerindus.

O Itaú, que se tornou o maior banco do Hemisfério Sul depois da compra do Unibanco, tipifica bem o crescimento através de aquisições. Fundado em 1945, o Itaú incorporou diversas organizações de peso, principalmente na década de 1990, quando comprou o Banerj e os bancos dos Estados de Minas Gerais, Paraná e Goiás, entre outros.

A concentração no setor financeiro provoca ainda a perda da concorrência, prejudicando os correntistas, sem muitas opções para reduzir tarifas e dezenas de serviços.

Outra consequência é o aumento do endividamento da população, com a oferta fácil de crédito à base de juros abusivos e taxas exorbitantes.

Banco do Brasil compra a Nossa Caixa



O Banco do Brasil anunciou no dia 19/11 a compra da Nossa Caixa. O maior banco estatal do país vai pagar mais de R\$ 5 bilhões pelo banco paulista.

O anúncio aconteceu pouco mais de duas semanas depois da fusão entre o Itaú e o Unibanco, quando o Banco do Brasil perdeu a liderança no ranking dos maiores bancos do país.

Com a compra no valor de mais de R\$ 5 bilhões, o Banco do Brasil se aproxima do primeiro lugar, mas ainda segue atrás do Itaú/Unibanco.

O pagamento será realizado em espécie dividido em 18 parcelas de R\$ 299,250 milhões a partir de março de 2009, corrigidas pela taxa Selic até o pagamento das respectivas parcelas.

Pelo acordo, cada ação foi avaliada em R\$ 70,63.

Para que o negócio seja concretizado, a Assembléia Legislativa de São Paulo deve aprovar uma lei regulamentando a compra. Depois, será solicitada a autorização do Banco Central. A expectativa é que o Banco do Brasil assumira a Nossa Caixa em março do ano que vem.

O Banco do Brasil negocia ainda a compra do BRB (Banco Regional de Brasília) e de metade do banco Votorantim, de propriedade da família Ermírio de Moraes. Caso concretize esses negócios, poderá voltar a ser a maior instituição financeira do país.

Três bancos têm agora mais de 50% dos depósitos no País

A concentração do sistema bancário nacional, que já havia avançado de forma significativa com a fusão de Itaú e Unibanco no início do mês, subiu mais alguns pontos com o anúncio de compra da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil (BB), ontem. De acordo com ranking do Banco Central (BC), mais da metade de todo o dinheiro depositado no País ficará nas mãos de apenas três instituições financeiras: Itaú Unibanco, BB Nossa Caixa e Bradesco.

Se considerados os cinco maiores bancos do País (Itaú Unibanco, BB Nossa Caixa, Bradesco, Santander Real e Caixa Econômica Federal), a concentração de depósitos sobe para 79%. Em 1994, início do Plano Real, esse índice era de 48%, segundo dados da agência de classificação de risco Austin Rating.

"A agitação voltou ao setor bancário como na década de 90.

A expectativa é que veremos em breve novos negócios sendo anunciados", destaca o professor da USP e presidente do Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (Inepad), Alberto Borges Matias, referindo-se às negociações em curso de BB com o Banco Votorantim e o Banco de Brasília (BRB). Além disso, explica o professor, o Bradesco terá de se movimentar para não perder mais espaço.

O banco, que era a maior instituição privada do País e a segunda maior no ranking geral, caiu para segundo e terceiro lugar, respectivamente. Em São Paulo, onde era líder no número de agências, ele despençou para o quarto lugar depois das compras do ABN pelo Santander, da fusão entre Itaú e Unibanco e da aquisição da Nossa Caixa pelo BB. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Sindicato cobra do Bradesco melhoria na parcela adicional da PLR



O Sindicato e a Contraf-CUT iniciaram uma campanha para que o Bradesco melhore a parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) deste ano.

Os sindicalistas vão levar a reivindicação dos funcionários à direção do banco, na negociação que acontece dia 27, em Osasco. Os funcionários estão insatisfeitos com o valor do adicional, cuja primeira parcela, de R\$173, foi paga no dia 7 de novembro.

Dinheiro de sobra

Para chegar a essa importância, o Bradesco utilizou a regra do adicional que estabelece que o valor corresponderá a 8% da variação do lucro recorrente do primeiro semestre de 2008, em relação ao primeiro semestre de 2007, dividido pelo número de empregados. Como o lucro líquido cresceu 3,55% nesse período, os bancários receberam apenas R\$ 173. A regra do adicional foi um dos principais itens que resultaram

em impasse nas negociações da campanha salarial deste ano, pois o Sindicato já cobrava naquele momento melhorias na PLR. Os bancários querem que o Bradesco mantenha o que fez no ano passado e pague novamente a PLR cheia, que corresponde a 2,2 salários (teto de R\$ 13.862), e adicional de R\$ 1.980. "Será um absurdo se a direção do Bradesco negar a nossa reivindicação. O banco continua tendo lucros extraordinários mesmo com a crise internacional e pode pagar uma PLR melhor com facilidade. Se não pagar demonstrará total descaso e desrespeito aos funcionários.

Segundo dados da empresa de Consultoria Econômica, o Bradesco teve o quarto maior lucro das Américas no terceiro trimestre deste ano (US\$997,9 milhões), atrás apenas do Wells Fargo, dos EUA (US\$1,6 bi), do novo grupo Itaú/Unibanco (US\$1,3 bi) e do Bank of America, também dos EUA (US\$1,17 bi).

Chefes ruins podem afetar saúde dos funcionários

Da BBC Brasil

Uma equipe do Instituto Karolinska e da Universidade de Estocolmo encontrou uma forte ligação entre mau gerenciamento e risco de distúrbios cardíacos graves e até ataques do coração nos empregados.

Os pesquisadores monitoraram a saúde de mais de 3 mil funcionários do sexo masculino, com idades entre 19 e 70 anos, na região de Estocolmo, por um período de quase dez anos.

Foram registrados 74 casos fatais e não-fatais de ataques cardíacos ou angina instável (dor ou desconforto no peito ou áreas adjacentes causados por fluxo inadequado de sangue no coração).

Foi pedido aos participantes do estudo que avaliassem o estilo de liderança de seus gerentes em áreas como a clareza no estabelecimento de objetivos para seu pessoal e a habilidade de comunicar e dar um retorno ao funcionário da avaliação do desempenho pessoal.

Quanto mais competentes os funcionários consideravam seus gerentes, mais baixo seu risco de sofrer problemas cardíacos graves.

Os funcionários que considera-

vam seus chefes menos competentes apresentaram um risco 25% maior de problema cardíaco grave.

Longa duração

A pesquisa mostra ainda que quanto mais tempo um funcionário trabalhava em uma empresa sob um mau gerente, maior a ameaça à saúde. Os que trabalhavam por quatro anos ou mais nessas condições apresentaram um risco 64% maior de desenvolver doenças cardíacas.

Os especialistas acreditam que ao se sentirem pouco valorizados e sem apoio no trabalho, os funcionários sofrem de estresse que, com frequência alimenta comportamentos insalubres como a adoção do hábito de fumar que pode causar males cardíacos.

Os pesquisadores sugerem que as empresas devem tomar medidas para melhorar o desempenho dos gerentes levando em conta a avaliação que fazem dele os seus subordinados, para afastar a possibilidade de graves distúrbios cardíacos em seus funcionários.

O estudo foi divulgado no site Occupational and Environmental Medicine.

A nova lei do trabalho temporário e a regulamentação da terceirização

No último dia 15/10, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal, aprovou substitutivo do Substitutivo do Senado ao projeto de lei nº 4.302-B, de 1998 que gerou preocupação para os trabalhadores com relação à regulamentação do trabalho temporário e à terceirização.

As alterações propostas, com relação ao trabalho temporário, referem-se tanto ao conceito de trabalho temporário quanto duração do contrato de trabalho, além de não ser feita referência ao direito de o trabalhador temporário receber horas extras.

Quanto à terceirização, a mais grave mudança está no fato de o texto aprovado autorizar terceirização nas atividades-fim da empresa. Também dificulta o cumprimento da exigência de vínculo na Justiça do Trabalho, facilitando as fraudes. Há ainda rebatimento na atuação sindical, uma vez que não está prevista informação, ao movimento sindical, sobre os processos de terceirização; nem há referência clara quanto a quem representa os trabalhadores terceirizados.

Expediente

Presidente:	Joacir Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente:	Leonice Francisco Mariano
Secretário-Geral:	Laudelino Vieira dos Santos
2º Secretário:	Edegar Alves Martins
Diretor Financeiro:	Valdinei Araújo
Vice-Diretor Financeiro:	Ivanilde dos S. Fidelis
Diretor Jurídico:	José Carlos Camargo Roque
Diretor Regional:	João Alfeu Simioni
Diretor de Esportes:	Leonardo Freitas Nunes
Diretor de Imprensa:	Janes Estigarribia
Diretor de Form. Sindical:	Ronaldo F. Ramos
Diretor de Saúde:	Walter Teruo Ogima
Fotos:	Walter Teruo, Ronaldo Ferreira e Edegar

5ª Marcha da Classe Trabalhadora

Evento acontece em Brasília e bancários de Dourados estarão participando



Está marcado para o próximo dia 3 de dezembro de 2008, em Brasília, a V Marcha da Classe Trabalhadora, onde deverá reunir milhares de trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias.

Os dirigentes sindicais, Joacir Rodrigues, Laudelino Vieira, Carlos Longo e Janes Estigarribia estarão participando do evento representando os bancários da base sindical de Dourados.

Será novamente uma manifestação de unidade da classe trabalhadora contando com a participação do conjunto da CUT e demais Centrais Sindicais, com o objetivo de pressionar e abrir negociações no Congresso Nacional, Judiciário e Executivo, disputar o orçamento da União, garantir a ampliação dos recursos para as políticas públicas e os investimentos sociais. O enfrentamento da crise com medidas concretas de geração de emprego e renda será destaque nesta Marcha, que terá como tema "Desenvolvimento com Valorização do Trabalho".

A pauta das lutas da CUT é mais ampla e tem como base as resolu-

ções da 12ª Plenária Nacional, em seu plano de lutas, que inclui entre outras reivindicações:

- ampliação dos direitos dos trabalhadores;
- valorização do salário mínimo;
- correção da tabela do imposto de renda;
- a defesa do piso nacional da educação básica;
- defesa das reservas do pré-sal e por uma nova matriz energética;
- fim do imposto sindical - instituição da contribuição negocial;
- ratificação das convenções 151 (que regulamenta a negociação coletiva no serviço público) e a 158 (que coíbe as demissões imotivadas);
- redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- fim do fator previdenciário;
- contra as fundações públicas de direito privado;
- combate à toda forma de discriminação;
- igualdade de remuneração entre homens e mulheres em trabalhos de igual valor;
- valorização do serviço público e dos servidores, entre outras.

O Fim do Fator Previdenciário

Após aprovação no Senado, tramita na Câmara o Projeto de Lei 3299/2008 (ex-PLS 296), do senador Paulo Paim (PT-RS), que altera a forma de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. O PL 3299 põe fim ao maior dos crimes de Fernando Henrique contra a população trabalhadora: o fator previdenciário, criado em 1999 para deprimir o valor do benefício mediante o uso coordenado de três mecanismos perversos.

O primeiro é a imposição de perdas com base na idade do trabalhador na hora da aposentadoria: um homem que trabalhe e contribua por 36 anos terá a média de seus salários de contribuição multiplicada por 0,843 (redução de 15,7%) caso aposente-se aos 58. O segundo é a atribuição de peso maior à idade que ao próprio fato gerador do benefício (o tempo de serviço/contribuição): um homem que trabalhe e contribua por 40 anos terá perda maior (16%) que o do primeiro exemplo, caso se aposente apenas um pouco mais jovem, aos 55 (1). O terceiro é a consideração da expectativa de sobrevida no momento em que o trabalhador se aposenta: descartada a hipótese de genocídio, essa variável sempre cresce, trazendo perdas até mesmo aos que optam por adiar a aposentadoria.

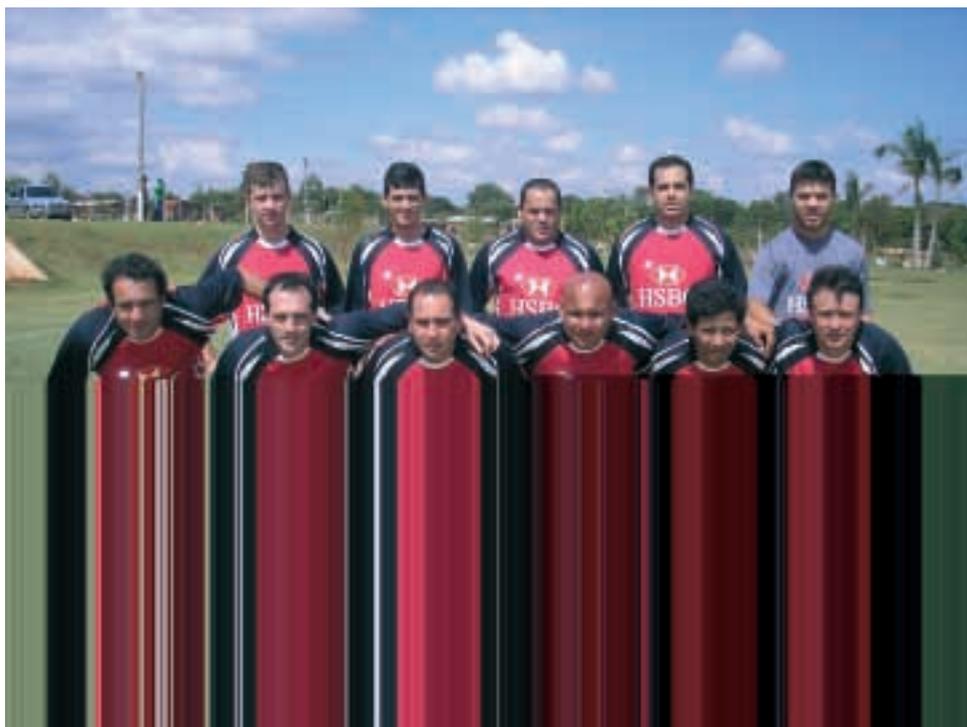
A injustiça inerente a essas situações é agravada por vivermos num país onde a imensa maioria da população não escolhe as datas de início e término de sua vida laboral. Ninguém começa a trabalhar aos 14/15 anos por gosto, nem é por deleite que quem começou a trabalhar nessa idade aposenta-se com inteira justiça, ao redor dos 50. Quem começa a trabalhar cedo se dedica, em regra, a trabalhos que se tornam penosos com a idade. Reduzir proventos de pedreiros, telefonistas, metalúrgicos ou vigilantes por se aposentarem antes dos 63 anos (2) é uma iniquidade, até porque, para esses trabalhadores, é difícil, a partir dos 45 anos, e quase impossível, após os 55, encontrar emprego.

Mas é preciso ter cuidado, pois já começam a surgir propostas destinadas a manter seus efeitos.

A primeira é a fixação de uma idade mínima para aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. A idéia é defendida pelo economista Guilherme Delgado, do IPEA, a partir de um estudo elaborado para o Conselho Nacional de Previdência Social, em 2006 (3). Ele propõe a imposição imediata de um limite etário de 60(h)/55(m) anos, com elevação progressiva até 65(h)/60(m) em 2030 (4). Se o fator previdenciário é injusto por penalizar quem se aposenta antes dos 63 anos, muito pior é proibir o trabalhador de aposentar-se antes dos 65. Mesmo na versão mais suave da Proposta de Emenda Constitucional 10/2008, de Paim, que a fixa em 51h/46m anos em 2008 com aumento gradual até 60h/55m em 2035 (5), a idade mínima representaria um retrocesso, inclusive simbólico. Sarney, Collor e FHC foram derrotados pelos sindicatos quando tentaram impô-la; não tem cabimento que seja Lula a arcar com a responsabilidade histórica de fazer contra os trabalhadores o que nenhum governo da elite branca conseguiu. Para a preservação de sua biografia e das de Paim e Delgado (dois históricos defensores da Previdência pública), essa idéia deve ser descartada.

A segunda é a chamada "fórmula do ponto fixo". Elaborada pelo Ministério da Previdência, ela fixa o tempo de serviço/contribuição exigível do trabalhador em 1,87 vezes sua expectativa de sobrevida. Esse critério reúne a imprevisibilidade do fator previdenciário, a rigidez da idade mínima e a injustiça de ambos. Seus resultados são surreais: consideradas as expectativas de sobrevida de 2006 (6), quem começasse a trabalhar aos 14 anos precisaria de 43 de contribuição e trabalho ininterruptos para se aposentar aos 57; mas quem começasse a trabalhar aos 26 poderia aposentar-se com 36 anos de serviço/contribuição aos 62. Isto é: para seus idealizadores, a circunstância de o trabalhador aposentar-se aos 57 ou aos 62 anos é mais importante que a de ter começado a trabalhar aos 26 ou aos 14 – mesmo que o que começou aos 14 ainda tenha 6 anos a mais de serviço e contribuição.

22º Campeonato de Futebol Suíço entra na reta final e define semifinalistas



HSBC que ainda sonha com a vaga nas semifinais

Restando apenas uma rodada para o término da 1ª fase o 22º Campeonato de Futebol Suíço dos

Bancários entra na sua reta final.

A última rodada da primeira fase ocorre no sábado quando serão de-

finidos as quatro melhores equipes que farão as semifinais para conhecer os finalistas da competição.

Mesmo restando uma rodada duas equipes já garantiram vagas, Bradesco-Dourados e Caixa/Itaú. As outras duas vagas restantes serão definidas no sábado 29/11.

Ainda brigam por uma vaga as equipes do Real e BB-Deodapolis.

Ao Real basta um empate e ao BB-Deodapolis só a vitória interessa nesta última rodada.

Confira os jogos:

8:30h Bradesco x Banco Real

9:30h Caixa/Itaú x BB-Deodapolis

Os jogos das semifinais e a final será realizado no Campo da ABB-Dourados, conforme informou o diretor de esportes da entidade Leonardo Freitas.

Ele lembra que foram 8 equipes que participaram neste ano, e movimentou o esporte na categoria bancária no segundo semestre de 2008.

Mundo se une pelo fim da violência contra a mulher

Terça-feira, dia 25 foi o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. Um dia de reflexão, ação, debate e manifestação em todo o Brasil. A CUT-SP promoveu um debate que teve como tema, O Movimento Sindical e o Enfrentamento à Violência. Participaram das discussões a prefeita de Registro (SP) e militante do SindSaúde/SP, Sandra Kennedy, a promotora de justiça na área criminal Eliana Faleiros, a psicóloga Rachel Moreno, a militante feminista e educadora Vera Soares e a médica do trabalho Margarida Barreto.

Uma das principais iniciativas do governo federal para enfrentar o problema é o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulhe-

res (SPM), prevê investimentos de R\$ 1 bilhão em quatro áreas: consolidação da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres; Combate à Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.

A conquista da Lei Maria da Penha já foi um avanço, mas um programa como este assegura o seu cumprimento, ajuda a sociedade civil trabalhar junto ao governo para mudar uma cultura machista que começa em casa", diz a dirigente sindical Elaine Cutis, uma das organizadoras do evento.

No início de novembro, a minis-

tra da SPM, Nilcéia Freire, cobrou do governador de São Paulo, José Serra, a adesão ao Pacto. Ela ressaltou na ocasião que 13 estados já aderiram à iniciativa e recebeu do governador a garantia de que São Paulo se uniria a eles. Entre os objetivos do Pacto Nacional está a redução dos índices de violência contra as mulheres. Segundo uma pesquisa do Ibope de 2006, 51% dos entrevistados conhecem ao menos uma mulher que já foi agredida pelo seu companheiro. "Para mudar este quadro é necessário debates como os que vamos realizar nesta terça além da participação das mulheres para reverter essa situação e a adoção de políticas públicas como o Pacto Nacional, para combater a violência e punir agressores", diz Elaine.

Fusão Itaú/Unibanco põe em risco emprego

No dia 3 de novembro, os funcionários do Unibanco acordaram como bancários do Itaú. Nessa data, o Itaú e o Unibanco anunciaram sua fusão, que formou o maior banco do Hemisfério Sul.

O negócio afeta mais de 100 mil trabalhadores do Unibanco e do Itaú. A fusão, que impactou não só o Brasil, mas também o mundo, coloca na alça de mira milhares de postos de trabalho.

Outras fusões e aquisições realizadas no país, que envolveram inclusive o Itaú e o Unibanco, mostraram que a probabilidade de ocorrerem demissões é alta. Há exemplos de setores duplicados que são extintos e agências bancárias próximas umas das outras que são fechadas. Assim, as palavras dos presidentes dos dois bancos afirmando que não haverá corte de postos de trabalho não garante a manutenção dos empregos dos bancários.

O Sindicato está pronto para reagir contra qualquer investida do Itaú-Unibanco que signifique demissões. O Sindicato exige que a direção da nova instituição assuma por escrito o compromisso de que a fusão não implicará redução do quadro funcional.

Dia 5 tem eleição no Sindicato da Alimentação

Após intervenção judicial da Justiça do Trabalho para garantir a eleição no Sindicato da Alimentação, duas chapas se inscreveram para as eleições que ocorre no dia 5 de dezembro.

O Sindicato dos Bancários está apoiando e dando todo suporte à Chapa 2 -Mudanças Já, encabeçada por Daniel Alves Moreira.

Desde sua fundação, essa é a primeira vez que duas chapas disputam as eleições.